

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2023

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

IMPORTANTE:

Abertura da Sessão:

23/11/2023 às 12:30 horas

Participação:

Com lotes exclusivos para ME/EPP; Ampla Concorrência.

Local da Sessão Pública:

Prefeitura Municipal de Vargem Alta – ES www.portaldecompraspublicas.com.br

Lei aplicada: Lei 8.666/93

Id CidadES: 2023.071E0700001.02.0018

Processo: 004692/2023.



REGIDO PELA LEI 8.666/93

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 026/2023

PREFEITURA DE VARGEM ALTA

PROCESSO Nº: 004692/2023

ID CidadES: 2023.071E0700001.02.0018

A Prefeitura Municipal de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob o nº 31.723.570/0001-33, por meio da Equipe de Pregão, sediada na Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº – Vargem Alta – ES, CEP: 29.295-000, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para atender à solicitação das secretarias municipais, objetivando o registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

23 de novembro de 2023 às 12:30hs

UASG: 985727 – PREFEITURA DE VARGEM ALTA/ES

Local da Sessão Pública: www.portaldecompraspublicas.com.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 3274/2016, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014 e os Decretos Municipais nº 804/2005 e Decreto Municipal nº 4225, de 05 de agosto de 2020 e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-

1900

Caixa Postal 85 - CEP: 29295-000



É Pregoeira, deste Município, Eriele de Lima Nascimento, designada pela Portaria nº 158/2022 de 01 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial deste Município.

DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

- 1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 1.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 23 de novembro de 2023 ás 12:30hs, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos das condições descritas neste Edital.

2 DO OBJETO

Constitui objeto deste o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VARGEM ALTA-ES.

- 2.1 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.vargemalta.es.gov.br.
- 2.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.3 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Portal de Compras Públicas** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.4 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos pelo telefone nº (28) 3528-1900/(28) 99942-6643.
- 2.5 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pelo Setor de Compras telefone nº (28) 3528-1123/1681/ 28 99986-8908.

3 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 3.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 3.2 Será utilizado o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



- 4.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para **impugnar este Edital,** desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.
 - 4.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas a pregoeira e protocolizadas em dias úteis, das 12h00hs às 17h00hs, na Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº Centro Vargem Alta ES, CEP: 29.295-000, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao.vargemalta@gmail.com.
 - 4.1.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
 - 4.1.3 A pregoeira deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.
 - 4.1.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.
- 4.2 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
- 4.3 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: **licitacao.vargemalta@gmail.com.**
 - 4.3.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 4.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
 - 4.4.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.



- 5.1.1 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 5.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.
- 5.2 Será vedada a participação de empresas:
 - a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,
 - d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.
- 5.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não", em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 5.3.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
 - 5.3.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - 5.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 5.3.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 5.3.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.3.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
 - 5.3.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.



- 5.3.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.8 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 DO CREDENCIAMENTO

- 6.1 Para participar do pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.portaldecompraspublicas.com.br
- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 6.3 O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 10 do edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 7.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 10 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC nº 123, de 2006.



- Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por lote, com até duas casas decimais após a vírgula.
- 7.7 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 7.8 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Vargem Alta/ES.
- 7.9 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 No dia 23 de novembro de 2023 às 12:30hs, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 8.2.1 Também será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.
 - 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 8.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do lote.
- 8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 8.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos)
- 8.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10 **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
 - 8.15 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



- 8.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
 - 8.22.1 no pais;
 - 8.22.2 por empresas brasileiras;
 - 8.22.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.22.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.26 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º



do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

- 9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta
 - 9.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 9.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 9.9 NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO ITEM 1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.



10 DA HABILITAÇÃO

- 10.1 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
 - 10.1.1 No caso de empresário individual: <u>inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis</u>, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 10.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
 - 10.1.3 Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: <u>Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI</u>, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 10.1.4 Carteira de Identidade ou Documento equivalente do Representante legal (Sócio Administrador ou Proprietário);
- 10.2 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
 - 10.2.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 10.3 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:
 - 10.3.1 Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
- 10.4 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:
 - 10.4.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ**;
 - 10.4.2 Prova de inscrição no <u>Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal</u>, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - 10.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de <u>Certidão</u> Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
 - 10.4.4 Prova de regularidade para com a <u>Fazenda Estadual</u> do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;



- 10.4.5 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 10.4.6 Certificado de Regularidade de Situação para com o <u>Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);</u>
- 10.4.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de <u>Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)</u>, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
 - 10.4.7.1 Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 10.4.7.1.1 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 10.5 Deverá apresentar ainda as **DECLARAÇÕES**:
 - 10.5.1 Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO III)
- 10.6 No julgamento da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.7 O não atendimento das exigências constantes do item 10 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
- 10.8 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.9 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 10.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 11 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO



- 11.1 Encerrada a etapa de lances, a pregoeira convocará o licitante detentor da melhor oferta, lote a lote ou um lote por licitante, para que este anexe no sistema Portal de Compras Públicas, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, a pregoeira fará uso de a ferramenta "DILIGÊNCIA", devendo o licitante anexar o documento utilizando o link "ANEXAR" disponível apenas para o licitante/vencedor.
- 11.2 Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação
- O licitante deverá anexar a **Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até <u>02 (DUAS) HORAS</u> de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 12h às 17h**, contados da convocação.
 - 11.3.1 OBS: O horário de funcionamento do Setor de Licitação e Contratos podem sofrer alterações, e as licitações poderão ser marcadas das 08h as 17h.
- 11.4 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: licitacao.vargemalta@gmail.com. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com a pregoeira para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. A pregoeira não se responsabilizará por emails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Vargem de Alta quanto do emissor.
 - 11.4.1 A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pela Pregoeira, o registro da não aceitação da proposta.
 - Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.
 - 11.4.2 É facultado a Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
 - 11.4.3 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira **DESCLASSIFICARÁ** e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 11.5 A proposta deverá conter:
 - 11.5.1 proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
 - 11.5.2 **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;



- 11.5.3 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 11.5.4 Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2° combinado com o artigo 66, § 4°;
- 11.5.5 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00)**.
- 11.5.6 A **proposta**, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.
- 11.5.7 A Pregoeira reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 11.5.8 A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
- 11.6 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

12 DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

- A documentação constante no item 10, **caso solicitada**, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº Centro Vargem Alta ES, CEP 29.295-000**. Aos cuidados do Setor de Licitação e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.
- 12.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
- 12.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13 DOS RECURSOS

13.1 **Declarado o vencedor**, a pregoeira abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.



- 13.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 13.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br
- 13.5 O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.
- 13.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Pregoeira terá até 5 (cinco) dias para:
 - 13.6.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - 13.6.2 motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 13.6.3 manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 13.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis deaproveitamento.
- 13.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar acontratação.
- 13.9 **Não havendo recurso,** a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
 - 15.1.1 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 15.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
 - 15.2.1 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

16 DO PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento será efetuado através de transferência eletrônico para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 16.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.
- 16.3 Quais quer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

- 17.1 Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 17.2 Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.
- 17.3 Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.
- 17.4 Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.



- 17.5 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei8.666/93.
- 17.6 Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.
- 17.7 Valor máximo estimado da licitação é de R\$ 1.903.717,25 (um milhão, novecentos e três mil, setecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).
- 17.8 Fica dispensado a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser informada no ato da compra.

18 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1 Após a adjudicação e a homologação, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui o **Anexo IV** deste Edital.
- A Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 04 (quatro) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
- 18.3 A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Setor de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 18.4 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura das Atas de Registro de Preços deste processo licitatório.
- 18.5 O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a qualquer tempo, requerer comprovação da prática dos preços apresentados, que poderá ser feita através da cópia de notas ficais ou outro documento comprobatório dos preços de mercado.
- 18.6 Nos termos do § 2° do Artigo 15 da Lei 8666/93, serão publicados pelo órgão gerenciador da Prefeitura do Município de Vargem Alta/ES, no Órgão Oficial do Município a Ata de Registro de Preços atualizada no sitio http://www.vargemalta.es.gov.br, contendo todos os valores unitários referentes a este Pregão.
- 18.7 Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de cumprir com o fornecimento do objeto (devidamente justificado e aceito pela Administração), as licitantes remanescentes poderão ser chamadas para fornecer os materiais, desde que o preço registrado se encontre dentro dos praticados no mercado.
- 18.8 Caso os preços dos licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão novamente registrados em Ata e publicados.



18.9 DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.10 É permitido aos órgãos ou entidades de outros municípios a adesão a Ata de Registro de Preços registrada por este órgão gestor, para fornecimento de bens e contratação de serviços.
- 18.11 As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 18.12 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 18.13 Caberá detentora da ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, e observando o disposto no § 4º do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013.
- 18.14 Somente quando o primeiro licitante registrado para o lote atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicado o segundo, e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.

19 DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1 As aquisições objeto deste Edital estarão sujeitos a mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas pelos mesmos, obrigando-se a empresa a prestar os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados.
- 19.2 A fiscalização será exercida por um representante da Secretaria Municipal, para o acompanhamento e sua fiscalização, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e de tudo dará ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato, tais como:
 - a) verificar junto à empresa contratada e seu preposto se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços;
 - b) emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato;
 - c) acompanhar a distribuição dos serviços dos funcionários, verificando se os mesmos estão sendo utilizados de forma racional e econômica;
 - d) verificar se os colaboradores estão devidamente uniformizados para a execução das tarefas, sempre de forma respeitosa;
 - e) solicitar substituições (coberturas) quando julgar necessárias;
 - f) os fiscais deverão designar, por escrito, servidor para auxiliar na fiscalização dos locais



atendidos em sua Secretaria de atuação pelos serviços objeto da presente contratação.

- 19.3 Atuarão como fiscais da execução dos serviços um servidor de cada Secretaria especificamente nomeados através do Termo de Designação de Fiscal.
- 19.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da Administração e de seus agentes e prepostos.
- 19.5 O fiscal do contrato a ser firmado será os(as) servidores(as):

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	
Secretaria Municipal Administração	Eduardo Quintino de Souza	Maria Eduarda Machado Pereira	
Secretaria Municipal de Finanças	Isabela Donardelli Donna	Viviane de Oliveira Nespoli	
Secretaria Municipal Assistência Social	Taynah L. Alves dos Santos	Roselane Pastor Conti	
Secretaria Municipal Obras	Paulo Ricardo Barbosa	Ismael da Silva	
Secretaria Municipal Saúde	Rosângela de Oliveira Silva	Livia Betini Soares Santana	
Secretaria Municipal Educação	Renata de Jesus Merços	Saviana Rosa Fraga Moreira	
Secretaria Municipal Gabinete	Sandra Gueller Barlez	Julimar Paiva Ferraz Neves	
Procuradoria Geral do Municipio	Ana Julia Turini Rossetto	Susana Pizetta de Moraes	
		Sabadini	
Secretaria Municipal Cultura, Turismo e	Mayra Abreu Partelli	Cristiane das Graças Demartini	
Esportes			
Secretaria Municipal de Agricultura	Gabriel Magri	Jânia Campos Netto Pedruzzi	

20 DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

- 20.1 O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura.
- 20.2 A recusa injustificada da licitante notificada em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste edital caracterizarão descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito ao registro de preço, bem como à penalidades cabíveis, previstas no item intitulado. "Das Penalidades Administrativas"

21 DAS PENALIDADES

- 21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 21.1.3 apresentar documentação falsa;
 - 21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 21.1.6 não mantiver a proposta;
 - 21.1.7 cometer fraude fiscal:



- 21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 21.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 21.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 21.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
 - 21.3.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



- 21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 22.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Vargem Alta o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 22.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 22.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 22.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Vargem Alta.

23 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Portal de Transparência do



Município através do endereço eletrônico www.vargemalta.com.br.

- 24.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 24.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.
- 24.5 Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.
- 24.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 24.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Vargem Alta, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 24.11 A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de oficio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 24.12 A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 59 da Lei 8.666/93.
- 24.13 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal de Compras Públicas através do site www.portaldecompraspublicas.com.br e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Vargem Alta.



- 24.14 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 24.15 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 24.16 A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (email), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 24.17 A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Vargem Alta quanto do emissor.
- 24.18 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 24.19 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 24.20 Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.
- 24.21 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.
- 24.22 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 24.23 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 24.24 Para fins de assinatura de Contrato/Ata de Registro de Preço serão verificados a validade da Regularidade Fiscal.
- 24.25 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Vargem Alta ES.
- 24.26 Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.



24.27 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Garantia
ANEXO V	Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preço
ANEXO VI	Modelo de Minuta de Contrato

Vargem Alta/ES, 07 de novembro de 2023.

ELIESER RABELLO

PREFEITO MUNICIPAL



EDITAL DE PREGÃO N° 026/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004692/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA

JUSTIFICATIVA		
	• • •	pamentos de informatica para atendimento
	. 1	
() Bens	() Serviços	() Obras
PO DE CONTRATAÇ	ÃO	
Menor Preço Global	(X) Menor Preço por Lote	() Menor Preço por Item
PO		
() Pregão para Registro	de Preços	
) Concorrência	() Inexigibilidade	() pregão
Dispensa	() Carta Convite	() Tomada de Preço
t	Dispensa) Concorrência) Pregão para Registro PO Menor Preço Global PO DE CONTRATAÇ) Bens OBJETO ro de Preços para futur ersas secretarias munici) Concorrência () Inexigibilidade) Pregão para Registro de Preços PO Menor Preço Global (X) Menor Preço por Lote PO DE CONTRATAÇÃO) Bens () Serviços OBJETO ro de Preços para futura e eventual aquisição de equiersas secretarias municipais.

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-

Caixa Postal 85 - CEP: 29295-000



A necessidade de aquisição do parque tecnológico da Prefeitura é motivada pelo aumento da demanda de serviços informatizados, pelos novos requisitos funcionais de sistemas que geram mudanças dos processos organizacionais, pela digitalização eletrônica de documentos e processos, que exigem o aumento da capacidade de processamento dos equipamentos e a necessidade de alta disponibilidade, de desempenho dos recursos oferecidos à infraestrutura computacional interna.

A aquisição deste objeto justifica-se para atender as demandas Setoriais de bens destinados às atividades Institucionais e seus objetivos, contribuir para o cumprimento da missão de atender a população.

Outrossim, esta contratação visa equipar os setores para aprimorar e assegurar a qualidade dos serviços realizados pela entidade, bem como garantir recurso para acesso aos diversos sistemas utilizados.

O pleno funcionamento dos equipamentos de informática contribui com a diminuição de custos operacionais, pois com a substituição de equipamentos que apresentam problemas de manutenção será possível prover os departamentos de ferramentas de trabalho capazes de atender as demandas e a produção de documentos de forma eficiente.

Os itens a serem adquiridos estão focados nas melhores práticas utilizadas e em equipamentos de qualidade disponíveis no mercado para uso em ambientes corporativos, adicionados de funcionalidades que permitirão aos departamentos da Prefeitura efetuar gestão dos recursos computacionais e agirem pró-ativamente em situações de risco relativos às atividades institucionais.

3 – QUANTITATIVO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

Planilha de Custo/Mapa de Pesquisa de Preços e Orçamentos (anexo)

LOTE	Descrição	Quant. Máx.	Unid	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
	COMPUTADOR DESKTOP – TECLADO -MOUSE – GABINETE – MONITOR				
01	Computador completo, Processador: Última geração, atingir índice de no mínimo 7400 pontos para o desempenho / Memória RAM 8GB / HD	95	unid	4.506,04	428.073,80

CNPJ 31.723.570/0001-33



	1	1	1	1	
	1TB, SSD 240 ou 256 GB, teclado, mouse				
	som, placa mãe com rede gigabit: memória				
	capacidade: 8gb, disco rígido 1 terá				
	interface: sata2 velocidade: 7200rpm,				
	monitor LCD IPS tamanho 21,5 polegadas,				
	na cor preta, brilho mínimo 300nits,				
	contraste 1000:1 e índice sRGB: 100%,				
	gravador de dvd velocidade: 22x interface:				
	sata2, gabinete cor preta, com caixa de som,				
	teclado e mouse optico padrão USB com				
	scroll (rodinha), leitor de cartão, com				
	mínimo 4(quatro) conectores USB com				
	sistema operacional Windows 11 PRO				
	Garantia mínima de 12 meses.				
	AMPLA CONCORRÊNCIA				
	ESTABILIZADOR				
	Potência de 500VA				
	Microprocessado				
	Filtro de linha integrado (em modo comum				
	e diferencial) com atenuação em RFI e EMI				
	4 tomadas de saída				
	Tensão de entrada: 115V				
	Tensão de saída: 115V				
	Alarme sonoro de indicação				
	Chave liga-desliga embutida e temporizada				
	Medição e análise em TRUE RMS				
	Quantidade de tomadas: 4 tomadas 10A - NBR 14136				
02	Filtro de linha integrado: Sim	90	امنس	260.00	22 041 00
02	Proteção contra Subtensão 115V: 91V	89	unid	269,00	23.941,00
	Proteção contra Sobretensão 115V: 143V				
	Rendimento: >92%				
	Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz(+/-5%)				
	com detecção automática				
	Supressor de transientes para rede elétrica:				
	150Vrms, 35J, 2,5kA				
	Máxima energia (10/1000ms)				
	Máxima corrente de surto (8/20ms)				
	Grau de proteção: IP 20				
	Peso: 0.92kg				
	Altura: 170mm				
	Largura: 88mm				
	Comprimento: 120mm				
	EXCLUSIVO PARA ME/EPP				



03	MOUSE ÓPTICO COM FIO. Cor: preto. Tecnologia óptica. Velocidade 1200 dpi. Botão scroll. Conexão usb. Design ergonômico e ambidestro EXCLUSIVO PARA ME/EPP	116	unid	18,60	2.157,60
04	NOBREAK: Bivolt automático; bateria inclusa; função protetor de tensão; autonomia mínima de 40 min; alarme de modo de bateria e bateria baixa; voltagem de saída 115v; potência mínima de 800Va; religamento automático; mínimo de 09 níveis de proteção; mínimo de 06 entradas de tomadas. AMPLA CONCORRÊNCIA	167	unid	986,79	164.793,93
05	NOTEBOOK: Armazenamento: SSD: 512.0GB; Memória RAM: 16.0GB; Conexões Sem Fio: Bluetooth Wi-Fi (2.4 GHz e 5.0 GHz)Wi-Fi (6.0 GHz); Entradas e Saídas: Ethernet (RJ-45)HDMI, USB 2.0, USB 3.2USB-C, Áudio; Quantidades de Entradas USB: 3 USB; entrada para fone de ouvido e microfone; Processador: última geração, 8 núcleos, 16 Threads, frequência base 3.5GHz, frequência Turbo 4.7GHz; Memória Cache: 12.0MB; Sistema Operacional: Windows 11; Placa de Vídeo Dedicada: 4 Gb ou superior; Tipo de Placa de Vídeo (VRAM): 2048.0MB; Tamanho da Tela: 15,6";Resolução de Tela: Full HD ou superior; Recursos: Teclado Numérico, Teclado Retro iluminado; webcam embutida; Peso: inferior a 2 Kg; garantia mínima de 12 meses. AMPLA CONCORRÊNCIA	30	unid	10.330,00	309.900,00
06	SMARTPHONE com no mínimo 128GB de armazenamento, 6GB RAM, Tela com no mínimo 6 polegadas, Bateria com no mínimo 4500mAh, Dual Chip e Octa Core; Sensores: Acelerômetro, Giroscópio, Sensor Geomagnético, Proximidade, Luminosidade; Conectividade: USB Type-C, Bluetooth v5.0, WI-FI 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz; Garantia de no mínimo 12	70	unid	2.034,58	142.420,60



Estado do Espírito Santo

	(doze) meses; Deve acompanhar carregador;				
07	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 24 portas 10/100/1000Mbps - Todas as portas suportam MDI/MDIX - Equipamento de alto desempenho e fácil integração à rede - Suporte Full/Half para velocidades Ethernet/Fast Ethernet - Suporte IEEE 802.3x Controle de Fluxos - Plug & Play Portas: 24 Portas RJ-45 1000BASE-T AMPLA CONCORRÊNCIA	34	unid	1.168,08	39.714,72
08	SWITCH 8 PORTAS 10/100/1000 8 Portas Fast Ethernet QoS para a priorização do tráfego de voz e vídeo Possibilidade de ser alimentado por PoE passivo pela LAN1 Design compacto Chipset: IC Plus IP178G Padrões: IEEE 802.3 - 10BASE-T / IEEE 802.3u - 100BASE-TX / IEEE 802.3x - Flow Control / IEEE 802.1p - Priority Queueing (QoS) / IEEE 802.3az - Energy Efficient Ethernet Portas: 8 - RJ45 10/100 Mbps com Autonegociação Auto MDI/MDI-X: Detecção automática do padrão do cabo (normal/ crossover) Cabeamento suportado: 10BASE-T - Cabo UTP categoria 3, 4 e 5 (máximo 100 m) - EIA/TIA-568 1000 STP 100BASE-TX - Cabo UTP categoria 5, 5e (máximo 100 m) - EIA/TIA-568 1000 STP LEDs indicadores: 8 - LAN / 1 - Power Método de transferência: Armazena e envia (Store-and-Forward) Tabela de endereço MAC: 1 K Taxa de encaminhamento de pacotes: 1,19 Mpps Taxa de latência: 50 ms Backplane (capacidade do switch): 1,6 Gbps Buffer de memória: 448 Kbits	31	unid	286,26	8.892,66



Estado do Espírito Santo

	Jumbo frame: 1536 bytes QoS: Priorização IEEE 802.1p / Duas filas de prioridade por porta / Algoritmo de enfileiramento WRR 4 (Weighted Round Robin) Alimentação: 12-24 V / 0,5 A Fonte de alimentação: Entrada: 100-240 Vac / 50-60 Hz - Saída: 12 Vdc / 0,5 A PoE passivo: Somente a Porta 1 / pinos 4,5 (+) / pinos 7,8 (-) / Utilizado para ligar o switch através do cabo de rede Potência máxima de consumo: 2 W Temperatura de operação: 0 °C a 40 °C Temperatura de armazenamento: -40 °C a 70 °C Umidade de operação: 10% a 90% sem condensação Umidade de armazenamento: 5% a 90% sem condensação Certificações: Anatel/FCC/CE/RoHS Dimensões: (L × A × P): 140 × 26 × 75 mm Garantia: 12 meses				
09	EXCLUSIVO PARA ME/EPP TECLADO COM FIO USB, Digitação agradável. Teclas de baixo perfil. Conexão plug-and-play. Teclas de fácil leitura. Resistente a derramamentos de líquidos. Tipo de tecla: Chiclete. Disposição: Português – ABNT2. Garantia do fabricante mínima de 1 ano de garantia. Dimensões aproximadas (LxPxA) 44.2 cm x 12.7 cm x 2.44 cm. Função de Teclas de Atalho: Volume, mudo, leitura/pausa, retrocesso, avanço. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	87	unid	77,00	6.699,00
10	DISCO EXTERNO USB 3.0 de 2TB capacidade mínima de armazenamento de 2TB, conexão USB 3.0 de no mínimo 4,8Gb/s e compatível com USB 2.0 a 480 Mb/s e velocidade de transferência de dados de pelo menos 480Mb/s, rotação mínima de 7.200 rpm. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	13	unid	653,50	8.495,50



11	FIO Receptor com interface USB 2.0 ou superior, compatível com sistemas operacionais Microsoft Windows 7, 8 e 8.1, MAC OS X 10.7 à 10.9, Android 3.2 à 4.2. Deve possuir tecnologia de transmissão sem fio na frequência de 2,4 GHz e o alcance do sinal de no mínimo 8 metros. Mouse óptico com resolução mínima de 1000 DPI, alimentação de no máximo duas pilhas alcalinas tipo AA. Deve conter ao menos 5 teclas e tecnologia bluetrack. Vida das teclas esquerda e direita de mínimo 3 milhões de atuações e vida das teclas laterais de mínimo 100 mil atuações. Teclado padrão ABNT2, teclas silenciosas e à prova de líquidos, alimentação de no máximo duas pilhas alcalinas tipo AA. Mínimo de quatro teclas para configuração de atalhos, uma de mídia, mute, Volume +/-, Play/Pause/Stop, Faixa anterior e posterior, abertura de documentos, gerenciador de email, browser, calculadora, zoom in e out. Possuir capacidade de digitação de no mínimo 900 caracteres por minuto e no mínimo 20 milhões de atuações como tempo de vida EXCLUSIVO PARA ME/EPP	37	unid	286,12	10.586,44
12	CABO HDMI DE 2M Padrão HDMI 2.0 ou superior, transmissão em resolução 4096x2160 pixels a 60 fps, comprimento de 1,5m, capa em PVC com condutores e conexões de cobre, seção de cabo de 6mm2, taxa de transferência de 18 Gb/s ou superior, frequência máxima de 600 MHz, conectores industriais. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	67	unid	35,38	2370,46
13	IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA MULTIFUNCIONAL Funcionalidade de digitalização, cópia impressão, email e fax. Impressora laser mono, no mínimo 55 ppm. Ciclo mínimo de trabalho mensal de 250 mil páginas. Disco embutido de 80 GB e	16	unid	10.166,33	162.661,28



	memória de no mínimo 512 MB. Placa de				
	rede 10/100Base-T Ethernet, porta USB de				
	alta velocidade 2.0, Direct Print.				
	Resolução de impressão de no mínimo 2400				
	dpi, cópia 600x600 dpi. Adobe PostScript 3,				
	PDF, PCL 5c/ PCL 6, XML (XPS). Scanner				
	para rede, para email, para diretório, para				
	SMB e FTP, PDF pesquisável, XPS,				
	linearizado, PDF, JPEG, TIFF, dispositivo				
	USB, suporte TWAIN. Fax embutido.				
	Bandeja para no mínimo 3000 folhas.				
	Alimentação 200 à 240 VAC. Consumo				
	máximo de 800 W. Certificações FCC Part				
	15, Classe A FCC Part 68, CE Mark				
	aplicáveis às diretivas 2006/95/EC,				
	2004/108/EC e 1999/5/EC, UL 60950-				
	1/CSA 60950-1-07 2ª edição, GOST,				
	Common Criteria (ISO 15408) Certificação				
	Citrix, IPv6 Ready, Bonjour, Cerner,				
	MEDITECH, SAP e EPEAT. ADF com				
	capacidade para duplex e no mínimo 100				
	folhas formatos 70 x 152 mm até 216 x 356				
	mm. Bandeja de saída com capacidade				
	mínima de 300 páginas.				
	AMPLA CONCORRÊNCIA				
	PROJETOR MULTIMÍDIA no mínimo				
	5000 lumens, contraste mínimo de 3000:1,				
	sistema de exibição em 3				
	painéis LCD com 19mm cada, relação de				
	aspecto 16:10, resolução UXGA 1600 x				
	1200, sinais de vídeo NTSC, PAL, SECAM,				
	480/60i, 576/50i, 480/60p, 576/50p,				
	720/60p, 720/50p, 1080/60i, 1080/50i,lente				
	com foco e zoom manual, deslocamento da				
14	lente em modo manual vertical +/- 5% e	23	unid	4.096,50	94.219,50
	horizontal de +/- 3%. Lâmpada de alta				
	pressão com potência mínima de 280W,				
	tempo mínimo de vida útil da lâmpada de				
	4000 horas. Projetável em telas de 40 a 300				
	polegadas. Sistema de cores NTSC3.58,				
	PAL, SECAM, NTSC4.43, PAL-M, PAL-N, PAL-O, Correção de trapézio de 1/ 30°				
	N, PAL60. Correção de trapézio de +/- 30° vertical e +/- 20° na horizontal. Entradas				
	VGA fêmea (2x), HDMI 19 pinos (2x) com				
	suporte a HDCP, vídeo composto RCA				
	suporte a fiber, video composio ReA				



	(1x), LAN RJ-45, 10BASE-T/100BASE-TX (1x), controle D-sub com 9 pinos macho RS232C (1x). Alimentação elétrica 100 V a 240 V, 4,0 A a 1,7 A, 50/60 Hz. Consumo máximo de 400W. Dissipação máxima de calor de 1.350 BTU/h. Dimensões máximas 42 x 12 x 35 cm (LxAxP). Peso máximo 6 kg. Obrigatório o fornecimento de controle remoto com pilhas				
	AMPLA CONCORRÊNCIA				
15	FONE DE OUVIDO TIPO HEADSET C/MICROFONE Possuir haste flexível para ajuste de microfone; compatível com Microsoft Windows 7, 8 e 10 ou superior; possuir controle de volume; conexão USB; cabo com, no mínimo, 50 cm (cinquenta centímetros); biauricular; o fone deverá possuir revestimento com almofada; possuir alça para uso sobre a cabeça; marcas/Modelos de Referência: Logitech H390, Microsoft LX3000 ou superiores EXCLUSIVO PARA ME/EPP	17	unid	273,68	4.652,56
16	ADAPTADOR RECEPTOR WIRELESS 802 USB WIFI ANTENA LONG SEM DRIVER Interface do hardware: USB, USB 2.0; com dimensões 2 x 7 x 16 cm; 25 g; Aparelhos compatíveis: desktop, notebook EXCLUSIVO PARA ME/EPP	8	unid	71,37	570,96
17	FILTRO LINHA Tensão alimentação 110/220 v, quantidade saída 6 tomadas com interruptor: liga/desliga e fusível 10A; Padrão Brasileiro NBR-14136; potência máxima 2200 w, aplicação equipamento informática/ elétrico, comprimento cabo 1,30 M EXCLUSIVO PARA ME/EPP	45	unid	64,76	2914,2
18	TELEVISOR TV LED 42 SMART TV FULL HD: Televisor Smat TV Led de no minimo 42 polegadas, frequência a partir de 60HZ, conversor integrado, close caption, resolução mínima Full HD 1920x1080, no mínimo 02 entradas HDMI traseira e no mínimo 01 entrada HDMI lateral, WI-FI,	13	unid	2.238,91	R\$ 29.105,83



	rede ethernet(LAN), entrada de RF, energia bivolt, padrão VES de furação, apresentar no mínimo os principais aplicativos NetFlix, Globo Play, You Tube, Look, Esporte Interativo, Fox Play, Google Play. Deve				
	acompanhar um controle remoto abastecido de pilhas, cabo de energia e manual em português, base e parafusos para fixação. EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
19	ROTEADOR GIGABIT COM (NO MÍNIMO) 4 ANTENAS Características de Hardware: Interface 4 Portas LAN 10/100/1000Mbps 1 Porta WAN 10/100/1000Mbps Botões Botão WPS/Reset Botão Wireless On/Off Botão Power On/Off Características Wireless: Padrões Wireless IEEE 802.11ac/n/a 5GHz; IEEE 802.11b/g/n 2.4GHz; Velocidade Wireless 1350 mbps; Modos Wireless Roteador, Wireless WDS(Four Address), WDS(AP+APC); Segurança Wireless WEP WPA\WPA2 WPA-PSK\WPA2-PSK Filtragem de MAC Wireless; EXCLUSIVO PARA ME/EPP	14	unid	365,25	5.113,50
20	CAIXA DE SOM MULTIMÍDIA PORTÁTIL 5W Fonte de alimentação: 5v/usb Saída de áudio: 3,5mm (p2) Diâmetro dos alto-falantes: 2 polegadas; potência de saída:5w(2 x 2.5w) Sensibilidade:-85db +/- 4db impedância: 4 ohms Frequência de resposta: 100hz ~ 20hz conexão: usb e p2; Compatível com: PC, Notebook, mp3, mp4, ipode outros dispositivos com entrada p2; Dimensões: 7 x 7 x 6,5 cm (LxAxP); Comprimento do cabo: 1m. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	16	unid	68,74	1099,84
21	CABO P10 MACHO/P10 MACHO (conector 6,3mm); fabricado com liga de cobre OFHC e bitola de 0,3mm² / 22AWG. Comprimento de 5 metros EXCLUSIVO PARA ME/EPP	2	unid	49,76	99,52
22	CABO BALANCEADO XLR FÊMEA / XLR MACHO para microfone de baixa	2	unid	97,20	194,40



23	impedância. Fabricado com liga de cobre OFHC e bitola de 2x 0,3mm² / 22AWG. Comprimento de 5 metros. EXCLUSIVO PARA ME/EPP TABLET: Processador: Oito núcleos (octacore) com clock mínimo de 1.8 GHz; TELA-TAMANHO Mínimo: 10.4" e máximo de 11".; TELA MULTITOQUE; RESOLUÇÃO MÍNIMA: 1920x1200 pixels; Mínimo 212 ppi (pixels por polegada); MEMÓRIA RAM MÍNIMA: 4.0 GB; CÂMERA: TRASEIRA - Mínimo 8.0 MP; 6.2. FRONTAL - Mínimo 5.0 MP.; ARMAZENAMENTO INTERNO: 64 GB ou superior.; PORTA DE ENTRADA: Compatível USB 2.0 ou superior.; SISTEMA DE NAVEGAÇÃO: Mínimo - GPS.; SENSORES: Acelerômetro, giroscópio, efeito hall, sensor de luz.; CONECTIVIDADE MÍNIMA: WiFi (IEEE 802.11 a/b/g/n/ac 2,4 e 5.0 GHz); Bluetooth 5.0 ou superior; USB (via cabo); Conectividade a redes 3G / 4G.; BATERIA DE ALIMENTAÇÃO: Bateria interna recarregável de polímero de Lítio; Capacidade mínima de 7.000 mAh; Carga via adaptador de energia USB para tomada ou computador.; SISTEMA OPERACIONAL: Android 11 (ou superior).; ACESSÓRIOS: Capa protetora com encaixe rígido e aba para cobertura da tela específica para o equipamento.; PESO MÁXIMO: 510 g.; ASSISTENCIA TÉCNICA: A garantia do equipamento deverá ser pelo período de 12 (doze) meses. A contratada deverá disponibilizar declaração indicando o endereço web de suporte técnico ao equipamento e/ou número 0800, para suporte aos equipamentos O equipamento deverá ter assistência técnica no Brasil. AMPLA CONCORRÊNCIA	65	unid	2.303,40	2.044,00
<i>2</i> 4	acolchoado para notebooks ou ultrabooks	14	uma	140,00	4.0 44 ,00



_		ı	1	T	
	com capacidade de transporte para equipamentos de 15,6".; Divisão para documentos; Fechamento em zíper; bolso frontal para carregador e acessórios com fechamento em zíper; Alça de ombro removível com ombreira macia; Alça para carrinho de mala de viagem; Material impermeável; Design leve e perfil fino; Cor: Preta EXCLUSIVO PARA ME/EPP				
25	FRAGMENTADORA DE PAPEL: Tipo de corte: Partículas de 4 x 12 mm; Nível de segurança: P-4 (DIN 66399); Nível de ruído: 60(dB); Capacidade: 150 folhas (Automático) e 10 folhas (manual) A4 (75 g/m2); Fragmenta cartões de banco, pequenos grampos e clipes; Abertura de entrada com 220 mm; Funcionamento: 60 min e descanso 45 min (Automático) / 10 min e descanso 45 min (Manual); Velocidade de fragmentação: 2 m/min; Sensor de presença de papel; Sensor de cesto cheio/desalinhado; Sensor de presença de superaquecimento e sobrecarga; Reversão automática e manual; Capacidade do cesto: 32,2 litros; Rodinhas para facilitar a locomoção; Controles manuais: Avanço, retrocesso e liga/desliga; Voltagem 127 V.; garantia mínima de 12 meses. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	07	unid	5.221,96	36.553,72
26	GABINETE COMPLETO: Processador última geração 8 núcleos, 16 Threads, frequência base 3.5GHz, frequência Turbo 4.7GHz; Memória Cache: 12.0MB; Placa de vídeo 8GB ou superior; Rede lan de 10/100/1000; 16GB de Memória RAM DDR3 ou Superior; SSD 960GB ou superior; Fonte 600W bivolt; Sistema operacional Windows 11; Interface de vídeo com 1 HDMI, 3 Displayport e 1 dvi-d; entrada para fone de ouvido e microfone; 1 Cabo de alimentação para a CPU. Garantia mínima de 12 meses	23	unid	8.685,49	199.766,27



Estado do Espírito Santo

	AMPLA CONCORRÊNCIA				
27	MONITOR: Mínimo 20"; tecnologia IPS, Taxa de atualização mínima de 75 Hz; tela anti-reflexiva; ajuste de inclinação; resolução mínima 1920x1080 Full HD; Adaptive-Sync; conexão HDMI; cabo de energia e de conexão HDMI inclusos; garantia mínima de 12 meses. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	52	unid	999,38	51.967,76
28	MOUSE ÓPTICO SEM FIO: Resolução mínima: 1600DPI; 2,4 GHz; Transmissão de dados: 1Mbps Distância: 8 m; Aceleração: 20G; Controle suave em diversas superfícies sem necessidade de utilização de mouse pad; tempo de vida: 5 milhões de cliques; designe ergonômico e confortável; compatível com sistema Windows 11 sem necessidade de software adicional de instalação e utilização. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	31	unid	75,28	2.333,68
29	TECLADO SEM FIO: Distância: 8 m; 2,4 GHz; tempo de vida: 8 milhões de cliques; designe ergonômico e confortável; compatível com sistema Windows 11 sem necessidade de software adicional de instalação e utilização; teclas silenciosas; teclado numérico embutido. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	30	unid	94,73	2.841,90
30	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL: bandeja com entrada para 150 folhas; rendimento 21.000 páginas coloridas e 9.000 páginas em tinta preta; mínimo de 45 ppm em preto e 25 ppm em cores; impressão frente e verso automática; resolução de impressão em cores 600 dpi x 1200 dpi; resolução óptica de digitalização 1200 dpi x 1200 dpi; redução/ampliação da cópia de 25 a 400%; ciclo de trabalho de 45.000 páginas/mês; conexões usb, wireless e ethernet; bivolt; tamanho máximo ofício; scanner com alimentador automático e função frente e verso. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	2	unid	4.140,00	8.280,00
31	WEBCAM resolução Full HD; amplo	9	unid	170,18	



Estado do Espírito Santo

ângulo de abertura; conexão usb; microfone		1.531,62
integrado; ângulo de captura ajustável;		
proteção de privacidade.		
EXCLUSIVO PARA ME/EPP		
		R\$
		1.903.717,25

ITENS CLASSIFICADOS COMO MATERIAL DE CONSUMO: 02, 03, 09, 12, 15, 16,17, 19, 20, 21, 22, 24, 28, 29, 31

ITENS CLASSIFICADOS COMO EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE: 01, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 13, 14, 18, 23, 25, 26, 27, 30.

LOTE	Adı	m.	Fina	nças	Obi	ras	Gabi	nete	Agricu	ıltura	Educ	ação	Saú	de	Assistê Socia Secret	ıl —	CRA	AS	CRI	EAS	PG	M	Turis	s mo
	MÍNIM	MÁXimo	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO												
1.	01	02	01	12	01	02	01	03	01	01	01	50			01	05	01	10	01	05	02	03	01	02
2.			-	-	01	02	-	-	-	-	01	55			01	10	01	10	01	10	01	02		
3.	01	30	02	10	-	-	01	03	02	03	01	40			01	05	01	10	01	10	01	02	01	03
4.	01	10	02	10	01	02	01	04	01	02	01	60	20	50	01	05	01	10	01	05	02	06	01	03
5.			01	02	-	-	-	-	01	01	01	10	05	10	01	02	01	02	01	02	01	01		
6.	01	10	01	08	01	03	-	-	01	01	01	25	06	12	01	02	01	05	01	03			01	01
7.	01	03	-	-	01	01	-	-	-	-	01	10	05	10	01	02	01	05	01	03				
8.	01	05	-	-	-	-	-	-	-	-	01	08	04	08	01	02	01	05	01	03				
9.	01	10	02	10	-	-	01	03	02	02	01	50	05	10							01	02		
10.			01	02	-	-	01	01	02	02	01	05	01	03										
11.			01	05	01	03	01	03	01	01	01	25												
12.	01	03	01	30	01	02	01	02	01	01	01	15	05	10							01	02	01	02
13.	01	03	01	02	-	-	01	01	-	-	01	05			01	01	01	03	01	03	01	01		
14.			01	01	-	-	01	01	01	01	01	20												
15.			01	01	-	-	-	-	-	-	01	10	01	05							01	01		
16.			01	01	_	_	_	_	_	-	01	07												<u> </u>
10.												,												<u> </u>

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-



Estado do Espírito Santo

17.			01	05	-	-	-	-	-	-	01	40									
18.	01	01	01	01	-	-	-	-	-	-	01	10								01	01
19.	01	02	01	01	-	-	-	-	-	-	01	10								01	01
20.			01	05							01	10						01	01		
21.											01	02									
22.											01	02									
23.			01	05									51	60							
24.			01	02									05	10				01	01	01	01
25.	01	02	01	02									01	02				01	01		
26.													10	20				01	03		
27.			01	30									10	20				01	02		
28.													10	30				01	01		
29.													10	30							
30.													01	02							
31.			01	05									01	03				01	01		

4 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão: 040 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Administração
Programa: 040100.0412200052.012
Elemento de Despesa: 44905200000
Fonte de Recurso: 15000000
Ficha : 062
Valor: R\$ 56.849,15

Órgão: 040 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Administração
Programa: 040100.0412200052.012
Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de consumo
Fonte de Recurso: 15000000



Valor: R\$ 2.164,64

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE

Órgão: 030 – Secretaria Municipal de Gabinete

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Gabinete

Programa: 030100.0412200032.007

Elemento de Despesa: 77.90.52.00000 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1500000

Ficha: 030

Valor: R\$ 33.239,97

Órgão: 030 – Secretaria Municipal de Gabinete

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Gabinete

Programa: 030100.0412200032.007

Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de consumo

Fonte de Recurso: 1500000

Ficha: 025

Valor: R\$ 357,56

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Órgão: 090 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Educação

Programa: 090100.1236100492.052

Elemento de Despesa: 77.90.52.00000 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recurso: 150000250000

Ficha: 000211 Valor: R\$ 618.224,00

Órgão: 090 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Educação

Programa: 090100.1236100492.052 **Elemento de Despesa:** 3390300000

Fonte de Recurso: 1500000

Ficha: 204

Valor: R\$ 30.378,41

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA



Órgão: 130 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Agricultura

Programa: 030100.2060500302.088

Elemento de Despesa: 44905200000 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 402

Valor: R\$ 24.533.82

Órgão: 130 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Agricultura

Programa: 030100.2060500302.088

Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 398

Valor: R\$ 245,18

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Órgão: 160 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Programa: 160100.1545100252.151

Elemento de Despesa: 44905200000 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 448

Valor: R\$ 19.115.84

Órgão: 160 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Programa: 160100.1545100252.151

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 443

Valor: R\$ $\overline{608,76}$

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Órgão: 050 – Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Finanças

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/n°, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-



Programa: 050100.0412300071.019

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 089

Valor: R\$ 182.568.69

Órgão: 050 – Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Finanças

Programa: 050100.0412300071.019

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 082

Valor: R\$ 4.202,21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Órgão: 070 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa: 070100.0812200092.022 - Manutenção das Atividades da Secretaria

Municipal de Assistência

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 0126

Valor: R\$ 65.270,32

Órgão: 070 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa: 070100.0812200092.022 - Manutenção das Atividades da Secretaria

Municipal de Assistência

Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de consumo

Fonte de Recurso: 15000000000

Ficha: 0119

Valor: R\$ 2.783,00



Órgão: 070 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa: 070100.0824400102.024 — Serviço de Proteção Integral a Família -

PAIF

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Fonte de Recurso: 160000000 – transferência de recursos do fundo Nacional de

Assistência Social

Ficha: 0146

Valor: R\$ 123.536,90

Órgão: 070 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa: 070100.0824400102.024 - Serviço de Proteção Integral a Família -

PAIF

Elemento de Despesa: 33903000000 – Material de consumo

Fonte de Recurso: 160000000 – transferência de recursos do fundo Nacional de

Assistência Social

Ficha: 0142

Valor: R\$ 2.876,00

Órgão: 070 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa: 070100.0824400112.027 – Proteção Social Especial de média

Complexidade – PAEFI

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Fonte de Recurso: 160000000 - transferência de recursos do fundo Nacional de

Assistência Social

Ficha: 0175

Valor: R\$ 89.092,90

Órgão: 070 – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

Programa: 070100.0824400112.027 - Proteção Social Especial de média

Complexidade – PAEFI

Elemento de Despesa: 33903000000

Fonte de Recurso: 160000000 - transferência de recursos do fundo Nacional de

Assistência Social



Ficha: 0171

Valor: R\$ 2.876,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Material permanente: R\$ 504.497,8 Material de Consumo: R\$ 9549,59

Órgão: 080 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Saúde

Programa: 080100.1030100132.032

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Ficha: 0031 Fonte: 26000000000

Órgão: 080 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Saúde

Programa: 080100.1030100132.032

Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de Consumo

Ficha: 0028 Fonte: 1600000000

Órgão: 080 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Saúde

Programa: 080100.1030100132.034

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Ficha: 0047 Fonte: 26000000

Órgão: 080 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Saúde

Programa: 080100.1030100132.034

Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de Consumo

Ficha: 0050 Fonte: 160000000

Órgão: 080 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Saúde

Programa: 080100.1030200142.039



Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Ficha: 0073 Fonte: 2600000000

Órgão: 080 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 100 – Secretaria Mun. de Saúde

Programa: 080100.1030200142.039

Elemento de Despesa: 3390300000 – Material de Consumo

Ficha: 0070 Fonte: 160000000

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Órgão: 020 – Procuradoria Geral do Município

Unidade: 100 – Procuradoria Geral do Município

Programa: 020.100.0206100022.006

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Fonte de Recurso: 1500000

Ficha: 012

Valor: R\$ 67.433,27

Órgão: 020 – Procuradoria Geral do Município

Unidade: 100 – Procuradoria Geral do Município

Programa: 020.100.0206100022.006

Elemento de Despesa: 33903000000 - Material de Consumo

Fonte de Recurso: 1500000

Ficha: 007

Valor: R\$ 1.537,65

SECRETARIA DE TURISMO

Órgão: 100 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

Programa: 100100.1339200232.069 – manutenção das atividades da Secretaria de

Cultura, Turismo e Esportes

Elemento de Despesa: 33903000000- material de consumo

Fonte de Recurso: 1500000



Ficha: 337

Valor: R\$ 872,81

Órgão: 100 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

Unidade: 100 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

Programa: 100100.1339200232.069 – manutenção das atividades da Secretaria de

Cultura, Turismo e Esportes

Elemento de Despesa: 449052000000 – Equipamento e material permanente

Fonte de Recurso: 1500000

Ficha:

Valor: R\$ 16.245,94

5 – LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os bens/serviços deverão ser entregues no local abaixo especificado:

Secretaria Municipal de Administração/Sec. de Finanças/Sec. de Gabinete/Procuradoria

Local: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Endereco: Rua Ver. Pedro Israel David, Centro, Vargem Alta

Telefone de contato: (28) 3528-1900

Secretaria Municipal de Agricultura

Local: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Endereço: Rua Ver. Pedro Israel David, Centro, Vargem Alta

Telefone de contato: (28) 3528-1406

Secretaria Municipal de Educação

Local: Setor de Material e Patrimônio Escolar Endereço: Rua Paulino Francisco Moreira, 172

Telefone de contato: (28) 3528-1339

Secretaria Municipal de Saúde

Local: Almoxarifado da Sec. de Saúde

Endereço: Av. Tuffy David, s/n, Edificio Alfredo Lopes, 95, centro

Telefone de contato: (28) 99986-8908

Secretaria Municipal de Assistência Social

Local: Secretaria

Endereço: Av. José João Sartori

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-

1900



Telefone de contato: (28) 99986-4027

6 – ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO.

- **6.1** A CONTRATADA deverá efetuar a entrega no prazo de 15 dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento e será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, em definitivo, no prazo de 05 dias úteis, contados da data da entrega.
- **6.2** Caso os produtos sejam rejeitados, por defeito, a vencedora deve substituí-la no prazo de até 5 dias úteis e os custos da substituição dos produtos devolvidos ocorrerão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.
- **6.3** Os produtos deverão ser entregues nos endereços informados, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h as 17h.
- **6.4** Comunicar à Secretária, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a entrega do objeto, os motivos que impossibilitem a entrega do mesmo, com a devida comprovação.
- **6.5** Não será definitivamente recebido e consequentemente será colocado à disposição da Contratada, o objeto que não for compatível com as características exigida neste Contrato, ou ainda, que apresente qualquer tipo de avaria e/ou falha/defeito consoante este Contrato, respectivo Termo de Referência;
- **6.6** É de responsabilidade da Contratada, devendo ser executado às suas expensas, todo e qualquer procedimento de fornecimento, inclusive o transporte para a entrega do material solicitado quando necessário.
- **6.7** Os produtos devem ser novos e deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais;

7 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO/ENTREGA DO MATERIAL

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE
Secretaria Municipal Administração	Eduardo Quintino de Souza	Maria Eduarda Machado Pereira
Secretaria Municipal de Finanças	Isabela Donardelli Donna	Viviane de Oliveira Nespoli
Secretaria Municipal Assistência Social	Taynah L. Alves dos Santos	Roselane Pastor Conti
Secretaria Municipal Obras	Paulo Ricardo Barbosa	Ismael da Silva
Secretaria Municipal Saúde	Rosângela de Oliveira Silva	Livia Betini Soares Santana
Secretaria Municipal Educação	Renata de Jesus Merços	Saviana Rosa Fraga Moreira
Secretaria Municipal Gabinete	Sandra Gueller Barlez	Julimar Paiva Ferraz Neves



Estado do Espírito Santo

Procuradoria Geral do Municipio	Ana Julia Turini Rossetto	Susana Pizetta de Moraes Sabadini
Secretaria Municipal Cultura, Turismo e Esportes	Mayra Abreu Partelli	Cristiane das Graças Demartini
Secretaria Municipal de Agricultura	Gabriel Magri	Jânia Campos Netto Pedruzzi

8 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

- **8.1** Os bens permanentes deverão possuir garantia mínima de 12 meses, sendo que, durante este período, constatado defeito, a Contratada se obriga a substituir o produto no prazo de 10 dias de sua notificação sem ônus adicional para a Contratante.
- **8.2** O prazo garantia começará será contado a partir do Recebimento Definitivo do produto.
- **8.3** Não serão aceitos equipamentos que estejam em end-of-sale, end-of-life, remanufaturados, recondicionados ou qualquer instituto semelhante.
- **8.4** Qualquer software ou hardware necessário para o funcionamento da solução como um todo deve ser fornecido pela CONTRATADA.
- 8.5 Garantia e assistência técnica válida em todo o território nacional.
- **8.6** Qualquer despesa decorrente da manutenção ou suporte é de responsabilidade da empresa prestadora de serviços de manutenção;

9 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- **9.1** Acompanhar a execução do Contrato, nos Termos do Inciso III do Art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93, através do Fiscal do Contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada constantes também deste Contrato, respectivo e no termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências constatadas;
- **9.3** Supervisionar a execução do presente Contrato por meio do Fiscal do Contrato a ser indicado pelo Contratante, verificando se todas as obrigações previstas neste Contrato estão sendo cumpridas pela Contratada;
- 9.4 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Contrato;
- **9.5** Notificar, por escrito, a Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;



9.6 – Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços em desacordo com o previsto no presente Contrato e no respectivo Termo de Referência.

10 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- **10.1** Entregar os produtos montados de acordo com os padrões de qualidade e normas vigentes, e cumprir as especificações e condições estabelecidas no Edital.
- **10.2** Não transferir a terceiro, por qualquer forma a ata de registro de preços sem o prévio consentimento por escrito da contratante.
- 10.3 Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação.
- 10.4 Responsabilizar pelos custos de entrega e montagem dos produtos.
- **10.7** Satisfazer rigorosamente o objeto desta contratação, em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos neste Contrato e Termo de referência;
- **10.8** Os serviços prestados pela CONTRATADA devem estar de acordo com as especificações contidas neste contrato.
- **10.9** Informar ao Fiscal, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, a ocorrência de qualquer anormalidade bem como atraso na prestação de serviço, prestando esclarecimento necessário;
- **10.10** Efetuar a entrega dos serviços dentro do prazo proposto e aceito pelo Contratante, devendo oferecer serviços com a qualidade e a tempestividade prometidas;

Vargem Alta, 06 de setembro de 2023

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
Nome: Zelma da Silva Ramos
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nome: Berg da Silva



Assinatura:		



EDITAL DE PREGÃO N° 026/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004692/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

ANEXO – II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se

Lote	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$
1	XX	XX	XX	XX	R\$
2	XX	XX	XX	XX	R\$
3	XX	XX	XX	XX	R\$
	lesta proposta é de 60 (sessen E LETRÔNICO .	ta) dias corridos,	contados da dat	a da abertura da	sessão pública d
PREGÃO I Prazo de ent	LETRÔNICO.				·
PREGÃO I Prazo de ent A apresenta	CLETRÔNICO. rega:				-
PREGÃO I Prazo de ent	CLETRÔNICO. rega:				-

CNPJ 31.723.570/0001-33
Rua Vereador Pedro Israel David, s/n°, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-



(Nome Legível/Cargo)

.....



EDITAL DE PREGÃO N° 026/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004692/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PRECO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023 Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.**

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9° da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-



,	· 1	· 1	r.(a)
			, cuja função/carg
			esponsável pela assinatura da Ata d
Registr	de Preços/contrato.	-	
			nicação futura referente e este processe ta de Registro de Preços/Contrato sej
	E-mail: Telefone: ()		
8) Protocol		elefone comprometo-me em protocoliz er considerado como intimado nos dad	ar pedido de alteração junto ao Sistema do os anteriormente fornecidos.
referente	e ao Pregão Eletrônico para Reg		o da Ata de Registro de Preços/contrato os atos necessários ao cumprimento da
		Local e Data	de 2023.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

.....



EDITAL DE PREGÃO N° 026/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004692/2023 **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO **TIPO:** MENOR PRECO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA/FORNECIMENTO

A	empresa	,	com		na
	-	, n°	,	C.N.P.J.	n^{o}
	,	Telefone	, E-mail	,	por
interméd	io de seu representante legal o(a) Sr(a)	,	portador (a) da
Carteira	de Identidade n° e do	CPF n°	DE	CLARA, so	b as
penas da	a Lei, que se obriga a oferecer garantia	de funcionamer	nto dos materi	ais, objeto d	leste
edital, co	onforme constante no Anexo I do pres	ente Edital, pel	o prazo de 1	2 (doze) me	eses,
contados	da solicitação do equipamento, sendo qu	ie durante o perí	odo de garanti	a sempre atr	avés
de repres	sentantes autorizados, devendo realizar s	ubstituições e re	paros de toda	e qualquer	peça
que apre	esente anomalia, vício ou defeito de fa	abricação, bem	como, falhas	ou imperfei	ções
constatac	das em suas características de operação, se	em qualquer ônu	s para a admini	stração.	
		.,	de 2	2023.	
	Local e	Data			

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

APENAS PARA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, SENDO OS ITENS: 01, 04, 05, 06,07, 08, 10, 11, 13, 14, 18, 23, 25, 26, 27, 30

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-



EDITAL DE PREGÃO N° 026/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004692/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PRECO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

ANEXO - V

MINUTA DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2023 ID CidadES: 2023.071E0700001.02.0018

Pregão Eletrônico Nº 026/2023

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA, ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro, Vargem Alta/ES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 31.723.570/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ELIESER RABELLO, portador do CPF nº 756.501.937-20 e RG. nº 366.631/ES, doravante denominado REGISTRANTE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023 RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VARGEM ALTA-ES, empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ-MF sob o nº....., com sede na Rua, por seu representante legal, Sr. (a), brasileiro (a),, residente e domiciliado, casado (a). Rua nº....., adjudicatária do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 026/2023 nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº 3274/2016, Decreto Municipal nº 4225, de 05 de agosto de 2020, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações em conformidade com as clausulas e condições seguintes:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto registrar os preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES, em conformidade com as especificações previstas no Anexo I e proposta apresentada na licitação que integram este instrumento.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Lote n°	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

VALOR DA	ATA: R\$	((·

1.2 Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS E UNIDADES INTEGRANTES DO REGISTRO

ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL GABINETE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA, TURISMO E ESPORTES

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- **3.1** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- **3.2** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.



3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das dotações orçamentárias especificadas ao tempo da emissão da Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Os materiais/produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), após solicitação do setor de compras, **em única parcela ou conforme solicitado**, a partir da data de assinatura desta Ata de Registro de Preços, no local indicado:

Secretaria Municipal de Administração/Sec. de Finanças/Sec. de Gabinete/Procuradoria

Local: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Endereço: Rua Ver. Pedro Israel David, Centro, Vargem Alta

Telefone de contato: (28) 3528-1900

Secretaria Municipal de Agricultura

Local: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Endereço: Rua Ver. Pedro Israel David, Centro, Vargem Alta

Telefone de contato: (28) 3528-1406

Secretaria Municipal de Educação

Local: Setor de Material e Patrimônio Escolar

Endereço: Rua Paulino Francisco Moreira, 172, Centro, Vargem Alta-ES

Telefone de contato: (28) 3528-1339

Secretaria Municipal de Saúde

Local: Almoxarifado da Sec. de Saúde

Endereço: Av. Tuffy David, s/n, Edificio Alfredo Lopes, 95, Centro, Vargem Alta-ES

Telefone de contato: (28) 99986-8908

Secretaria Municipal de Assistência Social

Local: Secretaria

Endereço: Av. José João Sartori, Centro, Vargem Alta-ES

Telefone de contato: (28) 99986-4027

5.2 No que se refere ao prazo de entrega, é exigido que aconteça em no máximo **de 15 (quinze) dias** após a emissão da ordem de fornecimento. Após a emissão da Ordem de Fornecimento, o contratado deverá entrar em contato com a pasta solicitante nos contatos descritos no item 5 do termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os prazos de que tratam o item 5.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



- **5.3** Os materiais deverão ser entregues em bom estado de lacrados, novos e em perfeito estado, nas localidades designada pelo Registrante;
- **5.4** Não será definitivamente recebido e consequentemente será colocado à disposição da Registrada, o objeto que não for compatível com as características exigida nesta Ata de Registro de Preço, ou ainda, que apresente qualquer tipo de avaria e/ou falha/defeito consoante esta termo de registro, respectivo Termo de Referência;
- **5.5** É de responsabilidade da Registrada, devendo ser executado às suas expensas, todo e qualquer procedimento de fornecimento, inclusive o transporte para a entrega do material solicitado quando necessário. O recebimento provisório se dará no momento da entrega, e o recebimento definitivo, no prazo de até 05 (cinco) dias uteis a contar do recebimento provisório, com o teste a fim de verificar se o mesmo estão em perfeito uso e funcionando corretamente.
- **5.6** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a DETENTORA DA ATA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da DETENTORA DA ATA. A DETENTORA DA ATA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.
- **5.7** Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta/prestados os serviços de melhor qualidade.
- **5.8** Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve—se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços.
- **5.9** Os produtos deverão ser entregues nos endereços informados, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h as 17h.
- **5.10** Os materiais, deverão ser entregues no prazo e local acima indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.
- **5.11** Os bens permanentes deverão possuir garantia mínima de 12 meses, sendo que, durante este período, constatado defeito, a Contratada se obriga a substituir o produto no prazo de 10 dias de sua notificação sem ônus adicional para a Contratante.
- **5.12** Não serão aceitos equipamentos que estejam em end-of-sale, end-of-life, remanufaturados, recondicionados ou qualquer instituto semelhante.
- **5.13** Qualquer software ou hardware necessário para o funcionamento da solução como um todo deve ser fornecido pela CONTRATADA.
- **5.14** Garantia e assistência técnica válida em todo o território nacional.
- **5.15** Qualquer despesa decorrente da manutenção ou suporte é de responsabilidade da empresa prestadora de serviços de manutenção.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1 – Os preços são os constantes do anexo da Ata de Registro de Preços.



7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

- 7.1 Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses.
 - a) Alteração da politica econômica do pais, que resulta reflexos nos preços ajustados;
 - b) Em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado;
 - c) Por força de situações imprevisíveis que produzam nos preços de mercado;
 - d) Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovada e inviabilidade de praticar o preço ofertado, desde que devidamente aceitos pela Administração.
- 7.2 A revisão que trata este item poderá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise de elementos materiais que sustentem a necessidade de revisão.
- 7.3 Quando o preço apurado em ata, por motivo superveniente, tornam-se superior ao preço, praticado no mercado, caberá a Administração;
 - a) Convocar o Contrato visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.4 Os fatos decorrentes de situação imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar ao preço ofertado, deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida.
- 7.5 A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre as partes.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos/prestação dos serviços, emissão de notas fiscais e atestadas pelo setor requisitante.

9 - CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES 9.1 – A REGISTRADA OBRIGAR-SE-Á A:

- 9.1.1 A REGISTRADA ficará obrigada de aceitar, nas mesmas condições do edital a prorrogação da Ata.
- 9.1.2 É da responsabilidade da REGISTRADA, durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, fazer a seleção e a manutenção de seu quadro de pessoal, atentando pela necessidade de experiência, capacitação mínima exigida e qualidade dos serviços a serem prestados;
- 9.1.3 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto CONTRATADO, nos termos da legislação vigente.
- 9.1.4 Manter durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.1.5 Será responsável por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais de seus funcionários previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.
- 9.1.6 Será responsável por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação especifica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da REGISTRANTE.



Estado do Espírito Santo

- 9.1.7 Será responsável por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a prestação dos serviços;
- 9.1.8 Arcará com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários quando da execução do objeto da Ata de Registro de Preços.
- 9.1.9 Responderá por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionalmente por seus empregados nos locais de trabalho, assim como pelos objetos e bens extraviados ou retirados da Sede da REGISTRANTE.
- 9.1.10 A REGISTRADA, nos termos no art. 72 de Lei nº 8.666/93, não poderá subcontratar o fornecimento do objeto desta licitação, salvo se houver expressa autorização da Prefeitura;
- 9.1.11 Fornecerá à REGISTRANTE, juntamente com a nota fiscal, CND perante ao Instituto Nacional de Seguridade Social INSS e FGTS.
- 9.1.12 Manterá sigilo absoluto com relação a qualquer informação confidencial que venha a ter acesso.
- 9.1.13 Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei Federal n 8.666/93.
- 9.1.14 Utilizar os documentos e informações disponibilizadas pelo Município exclusivamente para a realização dos serviços objetos desta licitação.
- 9.1.15 Arcar com as despesas com alimentação, transporte e hospedagem de seus funcionários e também arcar com as despesas com veículos, motoristas, combustíveis e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços.
- 9.1.16 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes (de acordo com cada item). Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na Ata, bem como estado de conservação dos produtos e embalagens. Todos os produtos serão recebidos e conferidos por servidores designados da Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES.
- 9.1.17 Deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.1.18 Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 9.1.19 Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.1.20 Deverá manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.21 Na entrega dos produtos deverão estar incluídas todas as despesas de descolamento e transporte.

9.2 – A REGISTRANTE OBRIGAR-SE-Á A:

- 9.2.1 Prestar à REGISTRADA todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.
- 9.2.2 Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
- 9.2.3 Elaborar e manter atualizada uma listagem de preços que comtemple a relação de produtos, acrescidos da taxa de operacionalização, para os fins previstos nesta Ata e no termo contratual.
- 9.2.4 Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.



Estado do Espírito Santo

- 9.2.5 Notificar a Registrada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução da Ata, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.
- 9.2.6 Rejeitar no todo ou em parte os serviços fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas pela Registrada;

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Não obstante o fato de a vencedora será única e exclusiva responsável pelo serviço, abjeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	
Secretaria Municipal Administração	Eduardo Quintino de Souza	Maria Eduarda Machado Pereira	
Secretaria Municipal de Finanças	Isabela Donardelli Donna	Viviane de Oliveira Nespoli	
Secretaria Municipal Assistência Social	Taynah L. Alves dos Santos	Roselane Pastor Conti	
Secretaria Municipal Obras	Paulo Ricardo Barbosa	Ismael da Silva	
Secretaria Municipal Saúde	Rosângela de Oliveira Silva	Livia Betini Soares Santana	
Secretaria Municipal Educação	Renata de Jesus Merços	Saviana Rosa Fraga Moreira	
Secretaria Municipal Gabinete	Sandra Gueller Barlez	Julimar Paiva Ferraz Neves	
Procuradoria Geral do Municipio	Ana Julia Turini Rossetto	Susana Pizetta de Moraes	
		Sabadini	
Secretaria Municipal Cultura, Turismo e	Mayra Abreu Partelli	Cristiane das Graças Demartini	
Esportes			
Secretaria Municipal de Agricultura	Gabriel Magri	Jânia Campos Netto Pedruzzi	

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

- 11.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
- 11.1.1 Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:
- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) Incorrer em inexecução total ou parcial da ata e Ordens de Fornecimento decorrentes do registro de preços;
- 11.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.
- 11.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.
- 11.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.
- 11.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.



- 11.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 11.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.
- 11.6 Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da REGISTRADA

12 - CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

13 - CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 Conforme estabelecido no Edital.

14 - CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Será competente o Foro da Comarca de Vargem Alta/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Ata e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15 -CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15 1 O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da REGISTRADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
- 15.2 A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições a Ata de Registro de Preços.
- 15.3 A Administração, a seu exclusivo critério, poderá durante os últimos 60 (sessenta) dias de vigência da Ata de Registro de Preços determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de uma nova Ata.
- 15.4 Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, e em contagem excluir-se-à de inicio e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 15.5 A despesa com a contratação correrá à conta da dotação, de cada unidade requisitante.
- 15.6 Fazem parte integrante desta Ata, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no edital e as normas contidas no lei Federal n 8.666/93 e 10.520/2002.

E por assim estarem justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 4 (quatro) vias, para todos os fins e efeitos de direito.

Vargem	Alta - FC	de	de 2023
vargeiii	Ana - Es.	uc	. uc 2023



ELIESER RABELLO	
Prefeito Municipal	
REGISTRANTE	
REGISTRADA	



EDITAL DE PREGÃO N° 026/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004692/2023 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PRECO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES.

ANEXO – VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº: XXX/2023 ID CidadES: 2023.071E0700001.02.0018

Contrato que entre si celebram o Município de Vargem Alta e a empresa....., na qualidade de **CONTRATANTE E CONTRATADA**, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

O Município de Vargem Alta, Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Zildio Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA, ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro, Vargem Alta/ES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 31.723.570/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ELIESER RABELLO, portador do CPF nº 756.501.937-20 e RG. nº 366.631/ES, doravante denominado CONTRATANTE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2023 **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS PARA EVENTUAL E** FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VARGEM ALTA-ES, empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ-MF sob o nº....., com sede na Rua, por seu representante legal, Sr. (a), brasileiro (a),, residente e domiciliado casado (a),, inscrito no CPF/MF sob nº, Cédula de Identidade nº....., adjudicatária do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 026/2023 nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por lote, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº 3274/2016, Decreto Municipal nº 4225, de 05 de agosto de 2020, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações em conformidade com as clausulas e condições seguintes:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente contrato a aquisição de equipamentos de informática, para atendimento de
diversas secretarias municipais de Vargem Alta-ES, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA
datada de/e e especificações constantes no Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 026/2023 e
Anexos.

DESCRIÇÃO DO OBJETO.

Lote	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01					
02					

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Faz parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 026/2023, completando o presente contrato para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O valor do presente contrato é de R\$	(),	conforme proposta de
preços.		

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- **4.1** O pagamento será efetuado mediante a apresentação a Prefeitura Municipal de Vargem Alta, de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras.
- O documento fiscal, depois de conferido e visado, será encaminhado para processamento e pagamento pelo prazo de até 30 (trinta) dias, havendo disponibilidade financeira.
- **4.2** Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido.
- **4.3** A Prefeitura Municipal de Vargem Alta poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.
- **4.4** A Administração não está obrigada a contratar todo quantitativo de serviços/materiais neste contrato.
- **4.5** Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.
- **4.6** A **CONTRATADA**, por ocasião do pagamento, deverá apresentar as documentações descritas abaixo:
- 1. Certidão negativa de Débito com as Receitas Federal, Estadual e Municipal (sede da empresa);
- 2. Certidão Negativa de Débitos com o FGTS;
- 3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



5 - CLÁUSULA QUINTA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

- **5.1** Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses.
 - a) Alteração da politica econômica do pais, que resulta reflexos nos preços ajustados;
 - b) Em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado;
 - c) Por força de situações imprevisíveis que produzam nos preços de mercado;
 - d) Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovada e inviabilidade de praticar o preço ofertado, desde que devidamente aceitos pela Administração.
- **5.2** A revisão que trata este item poderá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise de elementos materiais que sustentem a necessidade de revisão.
- **5.3** Quando o preço apurado em ata, por motivo superveniente, tornam-se superior ao preço, praticado no mercado, caberá a Administração;
 - a) Convocar o Contrato visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
 - b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **5.4** Os fatos decorrentes de situação imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar ao preço ofertado, deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida.
- **5.5** A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre as partes.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1 Os materiais/produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), após solicitação do setor de compras, **em única parcela ou conforme solicitado**, a partir da data de assinatura desta Ata de Registro de Preços, no local indicado:

Secretaria Municipal de Administração/Sec. de Finanças/Sec. de Gabinete/Procuradoria

Local: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Endereço: Rua Ver. Pedro Israel David, Centro, Vargem Alta

Telefone de contato: (28) 3528-1900

Secretaria Municipal de Agricultura Local: Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Endereço: Rua Ver. Pedro Israel David, Centro, Vargem Alta

Telefone de contato: (28) 3528-1406

Secretaria Municipal de Educação

Local: Setor de Material e Patrimônio Escolar

Endereco: Rua Paulino Francisco Moreira, 172, Centro, Vargem Alta-ES

Telefone de contato: (28) 3528-1339

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99942-6643/3528-

1900



Secretaria Municipal de Saúde

Local: Almoxarifado da Sec. de Saúde

Endereco: Av. Tuffy David, s/n, Edificio Alfredo Lopes, 95, Centro, Vargem Alta-ES

Telefone de contato: (28) 99986-8908

Secretaria Municipal de Assistência Social

Local: Secretaria

Endereço: Av. José João Sartori, Centro, Vargem Alta-ES

Telefone de contato: (28) 99986-4027

6.2 No que se refere ao prazo de entrega, é exigido que aconteça em no máximo **de 15 (quinze) dias corridos** após a emissão da ordem de fornecimento. Após a emissão da Ordem de Fornecimento, o contratado deverá entrar em contato com a pasta solicitante nos contatos descritos no item 5 do termo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os prazos de que tratam o item 6.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

- **6.3** Os materiais deverão ser entregues em bom estado de lacrados, novos e em perfeito estado, nas localidades designada pelo Registrante;
- **6.4** Não será definitivamente recebido e consequentemente será colocado à disposição da Contratada, o objeto que não for compatível com as características exigida neste contrato, ou ainda, que apresente qualquer tipo de avaria e/ou falha/defeito consoante esta termo de registro, respectivo Termo de Referência;
- **6.5** É de responsabilidade da Contratada, devendo ser executado às suas expensas, todo e qualquer procedimento de fornecimento, inclusive o transporte para a entrega do material solicitado quando necessário. O recebimento provisório ocorrerá na entrega e o recebimento definitivo, no prazo de até 05 (cinco) dias uteis a contar do recebimento provisório, com o teste a fim de verificar se o mesmo estão em perfeito uso e funcionando corretamente.
- **6.6** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada. A Contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.
- **6.7** Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta/prestados os serviços de melhor qualidade.
- **6.8** Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura do contrato. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve—se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor do contrato.
- **6.9** Os produtos deverão ser entregues nos endereços informados, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h as 17h.



Estado do Espírito Santo

6.10 Os materiais, deverão ser entregues no prazo e local acima indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.

7 - CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos orçamentários destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital correrão por conta da seguinte dotação: XXXXXXXXX

8 - CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

- **8.1** O prazo e as condições para entrega ou/execução dos serviços se dará conforme discriminado no anexo I do edital.
- **8.2** Este contrato terá início com sua assinatura e término em **XX/XX/XXXX**, independentemente de seu integral cumprimento.
- **8.3 -** É vedada a estipulação de faturamento mínimo.
- 8.4 O presente contrato, a critério da administração, poderá ser aditado nas hipóteses previstas em lei.
- **8.5** A CONTRATANTE poderá prorrogar o contrato, de conformidade com o artigo 57 da lei nº 8666/93 e suas alterações.
- **8.6-** A Ordem de Serviço/Fornecimento, será emitida pelo Setor de compras após a assinatura do contrato e enviada via e-mail a contratada.

9 - CLÁUSULA NONA – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

- **9.1 -** Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços decorrentes deste contrato, bem como, qualquer faturamento por parte de terceiros, sem a prévia e expressa anuência da contratante;
- 9.2 É vedado caucionar ou utilizar o termo de contrato para qualquer operação financeira;
- **9.3** Os objetos ofertados deverão ser novos e originais, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais;
- **9.4** Cabe à contratada responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;
- **9.5** Será recusado qualquer objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;
- **9.6** Em hipótese alguma será aceito objeto recondicionado, remanufaturado, reciclado, ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração.
- **9.7** Os materiais serão recebidos e aceitos de acordo com o atendimento das especificações contidas no Termo de Referência.
- **9.8** A Prefeitura tem o direito de recusar o recebimento do equipamento que considere inadequado e/ou abaixo do padrão de qualidade exigido e a contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o material que vier a ser recusado.
- **9.9** O servidor designado poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega do material ou, até mesmo, a substituição por novo, que deve ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.
- 9.10 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, instalação, encargos



Estado do Espírito Santo

trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

- **9.11** Os bens permanentes deverão possuir garantia mínima de 12 meses, sendo que, durante este período, constatado defeito, a Contratada se obriga a substituir o produto no prazo de 10 dias de sua notificação sem ônus adicional para a Contratante.
- **9.12** Não serão aceitos equipamentos que estejam em end-of-sale, end-of-life, remanufaturados, recondicionados ou qualquer instituto semelhante.
- **9.13** Qualquer software ou hardware necessário para o funcionamento da solução como um todo deve ser fornecido pela CONTRATADA.
- **9.14** Fornecer garantia e assistência técnica válida em todo o território nacional.
- **9.15** Deverá arcar com qualquer despesa decorrente da manutenção ou suporte é de responsabilidade da empresa prestadora de serviços de manutenção.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- **10.1 -** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- a) Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- **b)** Os dias de atraso serão contabilizados a partir do último dia constante na Ordem de Fornecimento e ou/ de Serviço, para a entrega e ou/ execução do objeto contratual;
- c) A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;
- **10.2-** O atraso ou o descumprimento da obrigação assumida permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:
- 10.2.1 advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- **10.2.2** multas, que serão graduadas, em cada caso, pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta, de acordo com a gravidade da infração, observados os seguintes limites:
- a) Pela não entrega do objeto após assinatura do contrato, multa de 10% (Dez por cento) do valor do contrato, e nessa hipótese, poderá ainda a Prefeitura Municipal de Vargem Alta revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- **b)** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à adquirente no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.
- 10.2.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Vargem Alta.
- **10.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 10.3 As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à adjudicatária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- **10.4** Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
- **10.5** A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas aqueles que:
- a) Retardarem a execução do pregão;



Estado do Espírito Santo

- b) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c) Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.
- **10.7** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela firma e aceito pela adquirente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.
- **10.8** As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- **10.9** Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- **10.10** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- **10.11** O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- **10.12** O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- **10.13** Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- **10.14** O recurso administrativo a que se refere o item anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município de Vargem Alta/ES.
- **10.15** Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;
- **10.16** Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;
- **10.17** Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
- 10.18 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO

- **11.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.
- 11.2 Constituem motivo para rescisão do contrato:
- I o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos;
- II o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos;
- **III** a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV- o atraso injustificado no início do fornecimento/prestação dos serviços;
- V- a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI- a subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.
- VII- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1ºdo art.67 da Lei nº 8.666/93.
- VIII a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;



Estado do Espírito Santo

IX - a dissolução da sociedade;

- **X** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- **XI** razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- **11.2.1** A decisão da autoridade competente, relativa a rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3 A rescisão do contrato poderá ser:
- I determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do item 11.2;
- II- amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.
- III- Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo único - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

- **12.1** Constituem obrigações da CONTRATANTE:
- 12.1.1 Efetuar a CONTRATADA o pagamento do preço ajustado na Cláusula Quarta e nos termos ali estabelecidos.
- **12.1.3** O presente Contrato será publicado, em resumo, no Órgão do Oficial do Município, na forma do Art. 61, parágrafo único da lei 8.666/93.
- 12.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:
- **12.2.1** Entregar/executar o objeto, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital oriundo deste contrato e da Cláusula Primeira deste instrumento;
- 12.2.2 Efetuar os serviços objetos deste contrato, na data e forma prevista no Edital;
- **121.2.3** Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece no Artigo 71 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- **12.2.4** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à Contratante, ou a terceiros.
- **12.2.5** Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO



14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Alta/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Vargem	n Alta - ES, de de 2023
ELIESER RABELLO Prefeito Municipal Contratante)
Contratada	